

Por um Sinpro democrático, independente
e de luta! Nos dias 28 e 29/05, vote Chapa 2!

PROGRAMA DA CHAPA 2

Alternativa

Unificando oposições!



Siga, curta e compartilhe
a Chapa 2 no Instagram



PROGRAMA

CHAPA 2: ALTERNATIVA – UNIFICANDO OPOSIÇÕES

1. Apresentação

A Alternativa é um agrupamento de vários coletivos de educadoras, educadores e ativistas independentes do movimento sindical e educacional do DF que se uniram para levar adiante uma pauta democrática, mobilizadora, organizativa e combativa para a categoria de professoras, professores, orientadoras e orientadores educacionais do DF com o objetivo de enfrentar governos, como o de Ibaneis, que atacam brutalmente a educação com projetos privatistas como o ponto eletrônico. Acreditamos na importância de expressar as reais necessidades de nossa categoria que não vê a atual diretoria Sinpro como sua representante.

Nascemos da necessidade de romper com práticas sindicais burocráticas, que silenciam a voz da base de nossa categoria. Divergimos das pautas dos grupos políticos-sindicais que dominam burocraticamente o nosso sindicato. Seguidas diretorias do Sinpro fizeram com que a nossa categoria perdesse vitórias possíveis. Perdemos dinheiro, direitos e oportunidades; isso se manifesta no alto grau de precarização e exploração dos profissionais da educação. Atualmente mais de 50% das professoras e professores estão em regime de contrato temporário (CT's).

Observamos com muita preocupação os ataques contra a Educação Pública e contra educadoras e educadores que acontecem há algum tempo, no mundo e no Brasil.

Professoras e professores são vistos como os “maiores inimigos” (de quem?). Notícias falsas nos acusam de sermos “doutrinadores ideológicos de uma suposta ditadura esquerdista-comunista-gayzista”. Existem tentativas de criar “leis da mordaca” contra nós. Hoje assistimos a práticas de privatização direta e militarização de escolas públicas, agressões físicas contra professoras e professores que são cometidas em nossas escolas e a precarização deliberada da carreira com a superexploração dos contratados temporariamente, além do arrocho salarial.

A educação pública brasileira vem sendo trada como mercadoria, servindo aos planos de dominação imperialista que visam enquadrar o Brasil numa posição de mero produtor de matérias-primas, commodities e minérios; como era nos tempos da República Velha, nos submetendo a uma recolonização.

O Governo Federal, somado aos partidos do centrão, não atende às mínimas reivindicações das trabalhadoras e trabalhadores da Educação e, muitas vezes, fazem o jogo dos tubarões da educação no que diz respeito às parcerias com empresas privadas ou editoras de livros; também não revogou totalmente o Novo Ensino Médio e, até o momento, não implementou a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais. Não existe garantia de que o piso Salarial Nacional tenha o valor do salário mínimo calculado pelo DIEESE, que em março de 2025 era de R\$ 7.398,94. Atualmente o piso nacional do Magistério é apenas R\$ 4.867,77 e nada impede os cortes dos investimentos em Educação. Por isso temos que ter autonomia frente aos governos para lutar por nossos direitos.

O Governo do milionário Ibaneis, golpista e inimigo da Educação do DF, teve recordes de arrecadação, prometeu em campanha eleitoral que deveríamos ganhar como juízes, mas nunca moveu um dedo para implementar a meta 17; ao contrário, ampliou o número de trabalhadores em regime temporário. Esse mesmo governo contratou o sistema EducaDF por R\$ 127,5 milhões para escrituração do novo ensino médio, o qual não funciona, ao invés de ter feito concurso público e investido em tecnologia para a SEE. O atual governo não ampliou a verba do PDAF e sistematicamente promove o sucateamento da Educação no DF. Os anos letivos têm iniciado com falta de material de expediente e com atrasos, e erros graves

nos pagamentos dos salários de CT's. O GDF também não se preocupa em equipar as escolas contra o calor e protegê-las contra a fumaça das queimadas, cada vez mais frequentes.

As entidades sindicais que deveriam nos representar (CUT, CNTE e o próprio Sinpro através da diretoria) seguem burocratizadas e não se importam em atender às demandas da categoria; atuam em função de agendas próprias e se esquecem de quem sustenta o sindicato. A atual diretoria do Sinpro, que disputa a reeleição, foi contra a última greve da categoria, que foi imposta pela base, e fez de tudo para acabar precocemente com a greve mesmo sem garantir o atendimento dos pontos reivindicados.

Precisamos mudar esse estado das coisas. Para isso nos propomos a estar junto à base de nossa categoria, no chão da escola, sob pena de perdermos mais direitos, nossas aposentadorias e vermos o DF, e o Brasil, serem degenerados por aqueles que só sugam nossas riquezas e ainda nos destroem.

Defendemos que o Sinpro-DF esteja na vanguarda da luta unitária da classe trabalhadora pela defesa de uma educação emancipatória e libertadora contra todas as formas de opressões e exploração. Por isso defendemos lutar:

- Pelo fim da escala de trabalho 6x1 e na defesa de uma nova organização das jornadas de trabalho de nossa categoria.
- Revogação do Arcabouço Fiscal que impõe um teto para os investimentos sociais, como Saúde e Educação, mas mantém o pagamento fiel do sistema fraudulento da dívida pública.
- Revogar as reformas previdenciárias de FHC, LULA, Dilma, Temer e Bolsonaro que dificultam a nossa aposentadoria e nos força a pagar 14% de contribuição previdenciária, taxando quem já é aposentado.
- Revogação das reformas trabalhistas e da lei de terceirização; pois enquanto existirem, ameaçam privatizar a Educação.

2. Isonomia em direitos das professoras e professores em regime temporário com os efetivos

O Painel Estatístico de Pessoal do DF revela que em fevereiro de 2025 havia 14.319 professores e professoras em regime temporário. Esse número aumenta no decorrer do ano. Por exemplo, em dezembro de 2024 foi de 16.849. A tendência nacional dos governos estaduais é priorizar contratações temporárias para precarizar, superexplorar, fragilizar a luta política, e até mesmo privatizar a Educação, tratando-a como mercadoria, pagando salários rebaixados aos profissionais temporariamente contratados, retirando direitos e dificultando a aposentadoria. Essa é a realidade da maior parte do sistema educacional brasileiro, por isso defendemos a luta pela isonomia de direitos entre temporários e efetivos. É fundamental superar essa condição para construir a Educação democrática e emancipadora que defendemos.

Reivindicamos:

- O fim da contratação por hora aula e defendemos as contratações por 20 ou 40 horas semanais com o pagamento de valores correspondentes ao plano de carreira da categoria.
- Pagamento conforme a titulação. Há milhares de especialistas, mestres e doutores recebendo menos que o vencimento básico de nossa carreira hoje, pois o GDF só paga pela hora aula dada e não leva em conta sua titulação.
- A Rescisão de contratos e o pagamento dos direitos trabalhistas devem ser feitos no mês de encerramento do contrato.
- Garantir aos CT's o direito de 30 dias de aviso prévio e um mês de salário indenizatório no caso de o GDF dar fim ao seu contrato de trabalho, sem prejuízo de outros direitos trabalhistas.

- Direito a acompanhar dependentes em consultas, atendimentos e internações médicas.
- Direito à redução de carga de trabalho, sem a redução de salário, para os temporários que tenham dependentes que sejam Pessoas com Deficiência.
- Direito à formação continuada, nos horários de coordenação, ainda que a formação seja EAD.
- Planejamento da SEE e CRE's para ter efetivos em processo de substituição para as vagas que são previsíveis à vaga do professor; como nas escolas classes, que sempre terão vagas de diretor, vice e supervisor como professores de atividades.
- Abrir debate sobre a incorporação dos trabalhadores em regime temporário ao quadro efetivo.

3. Questões salariais

Desenvolver campanhas salariais democráticas que reflitam as perdas da categoria e sejam o centro da luta por recomposição financeira, que atinge toda a categoria, com o objetivo de superar a carestia da vida e o superendividamento, pois as perdas têm sido muito maiores que as recomposições.

- Lutar pela recomposição salarial e pela recuperação das perdas inflacionárias reais.
- Integralidade do 13º salário: o servidor deve ter o direito de escolher a data de recebimento do 13º salário.
- Refinanciamento das dívidas da categoria no BRB e em outros bancos. Reduzir juros e diminuir o montante da dívida. Refis dos Professores.

- Isonomia com o Detran em relação à gratificação horizontal. Incorporação à carreira e à tabela.
- Realizar ampla campanha para que o servidor não perca o auxílio alimentação na aposentadoria. Chega de retrocesso na aposentadoria e na previdência social.
- Lutar para que as gratificações sejam aplicadas, não ao piso da carreira, mas no nível de progressão do servidor, elevando o salário conforme a evolução na carreira.
- Lutar para que as gratificações de diretor, vice, supervisor e coordenadores sejam parte da carreira da categoria e tenham uma evolução, conforme a progressão na carreira, para estabelecer um índice a cada uma, em diálogo com esses segmentos.
- Buscar incorporar as gratificações para que o servidor não sofra essas perdas ao se aposentar.
- Lutar para que o recesso no meio do ano seja reconhecido como férias e dessa maneira garantir o aumento, em 50%, do valor recebido por 1/3 de férias. Atualmente esse reconhecimento é praticado pelo estado do Maranhão e pelos Institutos e Universidades Federais.
- Realizar campanha política, jurídica e atos de rua para que o GDF e o Poder Judiciário paguem com celeridade os retroativos devidos à categoria.
- Direito à gratificação para todos os coordenadores intermediários.

4. Condições de trabalho

Autonomia Financeira da SEEDF para garantir verba suficiente para aquisição de material de expediente, realização de manutenção, reforma e ou construção de escolas, quadras cobertas e auditórios, todos climatizados.

Colocar fim à dependência de emendas parlamentares e à responsabilização das escolas por captação de recursos. Lutamos pela:

- Ampliação dos valores mínimos que o GDF deve investir em cada escola.
- Instalação de sistemas de refrigeração, ar condicionado e arborização nas escolas com o objetivo de mitigar as intensas ondas de calor que o DF tem sofrido e que levam ao adoecimento de estudantes e educadoras/es, prejudicando o ensino e o aprendizado.
- Estratégia democrática de matrícula: discutida com a comunidade, professores, salas de recursos, pedagogos e psicólogos. Sala de aula não é depósito!
- Revogação da portaria do ponto eletrônico. Aplicação dos direitos conquistados à CPI e Formação Continuada para os trabalhadores lotados nas CREs, EAPE e Subsecretarias durante o horário de trabalho. Direito ao tempo de pesquisa para os integrantes dos grupos de pesquisa da EAPE.
- Defesa da Formação Continuada na EAPE, UNB, IFB e UNDF. A EAPE deve voltar a ser Escola com Gestão Democrática.
- Dissolução de parcerias com instituições privadas para Formação Continuada na Educação.
- Participação democrática da categoria em congressos educacionais, científicos e eventos de formação fora do DF.
- Educação democrática e pelo fim da “gestão compartilhada” das escolas.
- Desmilitarização das escolas já militarizadas e contra a militarização de escolas.
- Proibição de privatizações e Parcerias Público Privadas nas escolas.
- Valorização dos Educadores Sociais Voluntários e por uma formação para esses trabalhadores.

- Garantia de concurso para Monitores, Secretários Escolares e demais cargos da carreira da Assistência Escolar.
- Prorrogação do último concurso. É fundamental zerar o banco de aprovados do concurso de 2022 e realizar outro pleito ainda em 2025.
- Criação de CIPA-A (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédio moral e sexual) nas escolas.
- Defesa e Garantia da Liberdade de Cátedra nas Escolas.
- Presença de Pedagogas(os), Orientadoras(es) e Psicólogas(os) em todas às escolas do DF e mais 1 a cada 300 estudantes ou fração menor que isso. Exemplo: uma escola com 750 estudantes matriculados teria 3 profissionais de cada área.
- Garantia de mais concursos para as secretarias escolares
- Construção da Campanha pela Defesa e Revalorização dos Trabalhadores da Educação Pública.
- Qualidade da alimentação nas cantinas escolares e propomos que esses espaços sejam transformados em mini restaurantes comunitários, servindo 3 refeições por turno para estudantes e trabalhadores da Educação.
- Garantia de um jurídico mais eficiente, rápido, presente e junto à categoria. Confecção, atualização e maior divulgação de cartilhas de orientação jurídica sobre os direitos da categoria.
- Construção de uma política de combate ao assédio institucional e organizacional.

5. Autonomia e independência

Sindicato é para lutar e não pode estar subordinado a governos e nem a partidos políticos. Quem deve decidir os rumos do Sinpro-DF é a própria categoria, da forma mais democrática possível. Por isso, defendemos como princípios:

- Independência em relação aos governos.
- Autonomia em relação aos partidos políticos.
- Politização, sim. Burocratismo e aparelhamento da entidade, não!
- O Sinpro-DF é da categoria, não da diretoria.

6. Representatividade feminina e luta contra opressões

É necessário desenvolver políticas de formação e a promoção de mulheres como dirigentes de nossa categoria. Para isso é necessário:

- Combater a misoginia, o machismo, os assédios morais e sexuais nos espaços escolares e no interior do Sinpro. Garantia de proteção às mulheres e meninas nos espaços escolares.
- Sinprinho-DF: Criação de creches com cuidadoras em todos os eventos do Sinpro, para que mães e pais possam participar dos espaços sindicais e ter o cuidado assegurado aos filhos e filhas, proporcionando a ampliação da participação feminina nas atividades de nosso sindicato.
- Promover a atuação majoritária de mulheres em todas as instâncias do sindicato, refletindo a composição majoritária de nossa categoria.

- Lutar contra todas as formas de opressões no interior de nosso sindicato. As violências dividem a classe trabalhadora, facilitam a exploração e a precarização imposta pelos governos.
- Combater a LGBTQIAPN+fobia contra os trabalhadores da educação, em particular, e contra a comunidade escolar como um todo, garantindo o respeito ao nome social das pessoas travestis, transsexuais e transgêneros.
- Uma justa e equiparada licença maternidade/paternidade, abrangendo todos os tipos de famílias, pais, mães, companheiras e companheiros, independentemente do gênero.
- Liberdade de cátedra e garantia dos eixos transversais. Defender o currículo em movimento para trabalhar os temas transversais e os direitos humanos.

7. Democracia e reorganização da categoria

O Sinpro-DF tem perdido filiados e número de participantes nas assembleias. Isso ocorre por que os grupos políticos que formam a atual diretoria, e as diretorias anteriores, estão na gestão há mais de 20 anos sem renovar as práticas políticas. Vivenciamos, cada vez mais, práticas antidemocráticas que silenciam a categoria ou a manipulam. Exemplo disso: a diretoria escolhe quem fala na assembleia, a ordem de inscritos. Se existe um posicionamento contra uma proposta da diretoria, basicamente o professor terá muitas dificuldades para falar nas assembleias. As falas discordantes não aparecem nas redes do Sinpro. Por isso precisamos revolucionar a representatividade democrática no Sinpro. Defendemos:

- Limitação de mandatos consecutivos para todos os cargos da diretoria ao máximo de 2 mandatos.



- Mudança da nomenclatura de delegados sindicais para Representantes de Base da categoria.
- Reunião Geral dos Representantes de Base com Poderes deliberativos acima da diretoria.
- Regionalização das pautas: assembleias regionais deliberativas sobre questões regionais e geradoras de pauta para as assembleias gerais.
- Ampliação de Subsedes Regionais como polos de mobilização da base e abertas, efetivamente, à participação da categoria.
- Construção de Coordenações Regionais formadas por representantes de base para organizar as lutas e campanhas da categoria em cada regional.
- Fundo orçamentário para as representações regionais sindicais, com o objetivo de garantir a autonomia financeira das instâncias de base com verba proporcional ao quantitativo de sindicalizados em cada base.
- Abrir debate sobre desfiliação ou não à CUT.
- Comando de Greve e Comissão de Negociação com maioria de representantes da base.
- Mudança da estratégia de luta sindical: validação e encaminhamento das demandas regionais.
- Gestão compartilhada de recursos.
- Criar GTDM's (Grupos de Trabalho, Debate e Mobilizações) para reorganizar a categoria.
- Realizar encontros da base por tipo de escola, (EC, CEI, CEF, CEM; CED, CEP, CIL, CEE, PROEM e Sistema Sócio-Educativo, ENE), por áreas e disciplinas.
- Comissão sindical para orientar os CT's e fiscalizar nas regionais se os direitos estão sendo respeitados e combater situações de constrangimento, assédio moral e sexual.

- O Sinpro deve garantir um valor mínimo de financiamento para as chapas que disputam eleição do Sinpro.
- Realizar forte campanha de filiação à nossa entidade, esclarecendo todos os benefícios e direitos que os filiados à nossa categoria possuem.

8. Lutas sociais

O movimento sindical não pode ser uma ilha, ou seja, não deve se voltar para problemas exclusivos da categoria. Precisamos entender que fazemos parte da imensa classe trabalhadora, composta por trabalhadores do serviço público, celetistas e informais. Do outro lado, está a classe dos patrões e milionários que também se articulam para retirar nossos direitos e aumentar nossa exploração. Por isso defendemos a construção de fóruns entre os diferentes setores dos movimentos sociais; entre eles, estudantes, mulheres, movimentos de moradia e demais categorias profissionais para discutir os desafios do Distrito Federal e construir lutas que espelhem a necessidade da maioria da população.

- Formar fóruns: Luta da Educação (Trabalhadores docentes, não docentes, terceirizados e estudantes Distritais e Federais) e Luta dos Servidores Públicos (com as demais entidades de servidores públicos do DF).
- Lutar não é crime! Contra a criminalização dos movimentos sociais e sindicais.
- Por memória e reparação: ditadura nunca mais! Sem anistia para golpistas, prisão de Bolsonaro e todos os golpistas!

INTEGRANTES

CHAPA 2: ALTERNATIVA – UNIFICANDO OPOSIÇÕES

1. ANGELO BALBINO SOARES PEREIRA
2. ANTONIO R. MARTINS GUILLEN
3. BENEDITO DA SILVA BORGES JÚNIOR
4. DANIELA NATALIA FARAGO ACOSTA
5. EDSON DA SILVA
6. EVERTON SALVADOR DA SILVA
7. FERNANDO MAGELA DE JESUS
8. GELLI GRAZIELLE SILVA E OLIVEIRA
9. GENIVALDO FERNANDES INACIO
10. GUILHERME DE AMORIM LINO
11. ISABELA ALVES REIS
12. JOANESLEY B. MARTH SANTOS
13. JOÃO GUILHERME P. MICELI
14. JOSÉ NILDO DE SOUZA
15. JULIANA DE FREITAS NASCIMENTO
16. KAROLINE DE MATOS COSTA
17. LEON MARTINS C. AZEVEDO
18. LILI MACHADO
19. MARIA ERCILIA LOUZADA
20. MARIA NILDA DO NASCIMENTO
21. MATEUS ROSAR DE O. GONÇALVES
22. PATRICIA RAMIRO SILVA SOUZA
23. PAULO RODRIGO ALVES DOS REIS
24. POLIANA FARIA SANTOS
25. RACHEL LENIR OTONI SAMPAIO
26. RAQUEL DE LIMA MEIRELLES
27. REBECA RESECK WANDERLEY DIAS

28. RÉGIA CRISTINA MARRA
29. RENATO FERREIRA DOS SANTOS
30. ROBERTO REGO MENDES
31. ROBSON RAYMUNDO DA SILVA
32. ROSÂNGELA DIAS TIVERON
33. SÁVIA BONA V. SOARES
34. SILVANA MARQUES DA SILVA
35. TADEU B. DE SOUZA TONIATTI
36. TÂNIA DE SOUSA LIMA
37. THALES ALVES M. FERNANDES
38. TAYNARA CANDIDA L. CANÇADO
39. VALDENE COSTA ROCHA

DIRETORES SUPLENTE:

1. ANDRÉ GOMES DE SOUZA
2. JEIDMA MARINHO DE ALMEIDA
3. JOÃO ANTÔNIO GOUVEIA E SILVA
4. LUIZ CARLOS CORREIA DE JESUS
5. SAMARA MINEIRO OLIVEIRA

PARA O CONSELHO FISCAL:

- FELIPE SINICIO DE BARRO
DANIEL SANTOS DE OLIVEIRA
LEONARDO FERREIRA DOS SANTOS
MARCELLO PAULINO VIEIRA MAZZARO
HEITOR PEREIRA SILVA

2Vote

Alternativa

Unificando oposições!



Siga, curta e compartilhe
a Chapa 2 no Instagram